

UMA GUARDIÃ DA TRADIÇÃO: GERALDA ARMOND E AS AÇÕES EDUCATIVAS NO MUSEU MARIANO PROCÓPIO (MINAS GERAIS- BRASIL)

Carina Martins Costa¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO:

O objetivo deste artigo é analisar a trajetória de uma intelectual relegada ao ostracismo, mas que teve uma atuação relevante nos campos político, educativo e museológico brasileiro. Geralda Armond (1913-1980) foi diretora do Museu Mariano Procópio e, por meio de suas ações educativas, procurar-se-á investigar as noções de educação, História e cultura que a autora mobiliza em sua práxis. A análise recairá, portanto, no período de sua gestão do Museu (1944-1980), importante momento de construção de narrativas sobre o passado nacional, no qual os museus históricos foram palco de iniciativas pedagógicas centradas na comemoração e no culto dos heróis. A gestão Armond foi marcada pela defesa da continuidade institucional e do enquadramento da memória do fundador e colecionador; pela luta pela sustentação material do Museu, inclusive com uma forte aproximação com o regime civil e militar; e pela busca da profissionalização de quadros e do dinamismo das ações. Assim, a análise das comemorações cívicas, dos guias de divulgação e das exposições permite uma aproximação das ativações memoriais ensejadas por Armond, com atenção para as continuidades, as negociações e as transformações dos projetos, especialmente em sua dimensão pedagógica.

PALAVRAS-CHAVE:

Intelectuais. Ensino de história. Museus.

RESUMÉE:

L'objectif de cet article est d'analyser la trajectoire d'une intellectuelle reléguée à l'ostracisme, mais qui a joué un rôle très important dans le domaine de la muséologie et de la politique brésilienne. Geralda Armond (1913-1980) a été directrice du Musée Procópio Mariano (Juiz de Fora, Minas Gerais). Elle cherchait à étudier, notamment les notions de l'éducation, de l'histoire et de la culture que l'auteur mobilise dans sa praxis. L'analyse portera donc sur sa gestion du Musée (1944-1980), un moment important de la construction de récits nationaux sur le passé, où les musées d'histoire ont été le théâtre d'initiatives éducatives axées sur la célébration et le culte de héros. La gestion «Armond» a été marquée par la défense de la continuité institutionnelle ; par la lutte pour le soutien matériel du Musée, incluant un rapprochement avec le pouvoir civil et militaire ; ainsi que la poursuite de la professionnalisation de la gestion et du dynamisme des actions. Ainsi, l'analyse des célébrations civiques, les catalogues et la présentation des expositions permettent de mesurer le patrimoine de mémoire laissées par Mme Geralda Armond, avec une attention particulière à la continuités, aux négociations et à la transformations des projets, spécialement dans sa dimension pédagogique.

MOTS CLÉS:

Enseignement de l'histoire. Intellectuels. Musees.

¹ Profa. Adjunta do Departamento de História da UERJ, área prática de Ensino de História.

Venho hoje conversar contigo, minha criancinha brasileira. Sabes bem, minha amiguinha, como os grandes se interessam por ti (...). Tu és a bonequinha viva e querida do Brasil (...), a chavezinha dourada que abre o edifício do futuro (...).

Estas palavras foram escritas por Geralda Armond em 1941, em um jornal diário da cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais. O tom cordial evoca representações sobre o que é ser criança e, principalmente, patriota, na metade do século XX no Brasil. A autora indica, em seu diálogo imaginado, os principais conselhos para sua amiguinha: “Seja sempre boazinha, obediente e meiga. Inimiga da raiva e da preguiça, seja estudiosa e lembra-te sempre de Deus, rezando todos os dias. O Brasil espera tudo de ti, criancinha colegial (...)”¹.

Em plena vigência do Estado Novo brasileiro, a autora apropria-se do discurso patriótico difundido pelos órgãos educativos e de comunicação da época. A propaganda política varguista enfatizava as dimensões do trabalho, da harmonia e da religiosidade como pontos determinantes para a construção de uma nação de futuro. Assim, a conexão entre política e cultura foi reforçada em inúmeras ações que envolviam desde projetos educativos formais até campanhas de puericultura com a intenção de angariar legitimação do regime em setores amplos da sociedade. Armond retoma, a seu modo, alguns eixos da cultura política do Estado Novo, compreendido como “(...) o regime que nasceu para a salvação do Brasil”². Seu texto revela um importante aspecto do arcabouço político do governo Vargas, comprometido com a formação de uma nova cidadania, disciplinada e nacionalista: as crianças eram uma das chaves para o futuro do país. Ao projetar como principal interlocutora a menina, a “chavezinha dourada”, a autora reforça as qualidades do gênero feminino, que seriam a obediência e meiguice frente aos “grandes”, leia-se, homens e governantes que se interessariam e zelariam por ela. O lugar da menina patriótica era a escola, responsável por salvá-la da raiva e da preguiça e, portanto, dos conflitos sociais e da ausência de trabalho.

Geralda Armond foi uma intelectual que “conversou” com as meninas e os meninos brasileiros por meio de diferentes estratégias. Como cronista, poeta, educadora e, principalmente, diretora do Museu Mariano Procópio, atuou decisivamente na consolidação de valores cívicos e patrióticos. Importa, portanto, analisar a trajetória de uma intelectual relegada ao ostracismo, mas que teve uma atuação relevante em seu tempo.

I A guardiã da tradição

A historiografia brasileira tem avançado na pesquisa sobre intelectuais e educação, com a apropriação de conceitos como redes de sociabilidades, trajetórias e projetos. Pensar a história da educação nos museus envolve, ainda, inserir a questão do gênero, tendo em vista que a maior parte das ações foi proposta, dirigida e executada pelas museólogas. conhecidas como “donas”, dentre as quais podemos destacar Heloísa Alberto Torres (diretora do Museu Nacional) e Nair Moraes de Carvalho (coordenadora do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional), ambas atuantes no Rio de Janeiro, então capital federal.

Geralda Armond (1913-1980), ou Dona Geralda, como era conhecida, foi diretora do Museu Mariano Procópio e, por meio de suas ações educativas, mo-

1 ARMOND, Geralda. Cartão Postal. Diário Mercantil, Juiz de Fora, 05 mar. 1941.

2 ARMOND, Geralda. Cartão Postal. Diário Mercantil, Juiz de Fora, 10 nov. 1941.

bilizou em sua práxis noções de educação, História e cultura. Integrava, portanto, o campo intelectual que projetava o museu como espaço científico e educativo. Foi a primeira diretora após a morte de Alfredo Lage, o fundador do museu, e teve intensa atuação nas redes de sociabilidade que envolveram os intelectuais na busca da consolidação de uma pedagogia da nacionalidade. Sua gestão foi longa, de 1944 a 1980, e perpassou em um importante momento de construção de narrativas sobre o passado nacional, no qual os museus históricos foram palco de iniciativas pedagógicas centradas na comemoração e no culto dos heróis.

De acordo com os estudos de Bastos (1961), o ramo brasileiro da família Armond teria vindo da Ilha da Madeira e se instalado em Barbacena no século XVIII. Uma família importante, já que três de seus membros foram agraciados com títulos da nobreza no Império, como o 1º e 2º Barões de Pitangui e o Conde de Prados. Geralda Ferreira Armond Marques foi a décima filha do casal Adalberto Ferreira Armond e Marinha Barbosa Armond. Consta que seu pai estudou no Colégio do Caraça, importante instituição para a formação da elite cultural e política de Minas Gerais, a exemplo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, de quem fora colega. Não há dados sobre sua mãe, mas seu avô foi o 2º Barão de Pitangui, Honório Augusto José Ferreira Armond (1819-1874), que possuía erudita formação eclesiástica, embora não tenha exercido o sacerdócio.

Geralda Armond é apresentada na obra de seu amigo Wilson Bastos como professora, escritora, poetisa, antiga secretária do Museu Mariano Procopio, a quem coube substituir, por longos anos, o Dr. Alfredo Ferreira Lage, desde o falecimento deste, na direção do Museu. Foi casada com o funcionário do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, e tenor lírico do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, Zacharias Cirilo Marques. (BASTOS, 1961, p. 197-198)

O resumo, na verdade, pouco esclarece sobre a trajetória de vida da própria Geralda, o que não é raro no caso de mulheres do período, identificadas como filhas de, mulheres de ou mães de, no traçado de uma identidade cujo sentido é apenas relacional. A identificação como secretária é incorreta, pois a nomeação pela Prefeitura se deu para o cargo de bibliotecária do Museu, em 1939, conforme publicado na imprensa³. De certa forma, o texto de Bastos também revela uma concepção sobre o papel da mulher na sociedade, na qual certas posições seriam permitidas e valorizadas, como o magistério e a escrita ficcional, mas outras seriam inadequadas, como o comando de uma instituição. Assim, Geralda seria identificada como uma substituta e antiga secretária do Dr. Alfredo, ou seja, uma continuadora de sua gestão e vontade. O maior destaque é dado ao seu casamento com Zacharias Cirilo Marques, valorizado duplamente como tenor e funcionário público.

Se Bastos não esclarece muito sobre a trajetória biográfica de Geralda Armond, é possível reconstituir, com proveito e cuidado, por meio da imprensa, alguns elementos de sua vida, para além da genealogia. Para tal objetivo, o Diário Mercantil é fonte privilegiada de consulta por sua importância e circulação contínua no período em que viveu. Além disso, Armond escrevia para o jornal regularmente, tendo tido duas colunas fixas: Cartão Postal, com poesias, crônicas e narrativas históricas e Museu em Coluna, com assuntos diversificados sobre o cenário cultural local e nacional.

Em estudo sobre as representações do gênero feminino na imprensa de Juiz de Fora, Rita de Cássia Vianna Rosa (2009) destaca o papel dos jornais na

3 ATOS administrativos. Diário Mercantil, Juiz de Fora, p. 2., 12 jan. 1940.

demarcação de espaços para a mulher, em consonância com o que a literatura especializada chama de ideal feminino de “parecer direita”. Remetendo ao famoso dito grego de que não basta uma mulher “ser” direita, mas também é preciso que “pareça” direita, tal ideal remete às possibilidades reconhecidas socialmente, em determinado tempo e lugar, de participação da mulher no espaço público, já que, a ela, em princípio, caberia apenas o espaço privado da casa. Armond, nesse sentido, era considerada uma “mulher direita” com visibilidade pública, pois, como colaboradora de destaque na imprensa, detinha uma posição valorizada e aceita de expressão de virtudes femininas. Pelas notícias do periódico, é possível observar, inclusive, como ela vai ganhando e estendendo esse “lugar”, uma vez que, no início de sua gestão, ocupa apenas um pequeno espaço no jornal, inclusive havendo um período, nos anos 50, em que não se encontrou nenhuma notícia sobre ela ou sobre o MMP. Mas sua presença vai se afirmando e crescendo, e a década de 1960 representa o ápice de sua participação na imprensa e de divulgação das atividades do Museu, coincidindo com a manutenção de suas colunas. Uma visibilidade que se explica pela posição política de Geralda Armond, uma opositora do governo de João Goulart e aliada dos militares que tomam o poder em 1964. Nesse sentido, é bom lembrar que foi de Juiz de Fora e do Comando da Quarta Região, através da figura do general Mourão Filho, que partiu o movimento que acabou por derrubar Goulart, o que tornou essa cidade um local singular na geografia do poder do pós-64.

Em 1962⁴, ela publicou uma mensagem divulgando o aceite ao convite do Partido Social Democrático (PSD), o maior do sistema partidário de então, para o lançamento de sua candidatura como vereadora do município. O convite demonstra bem seu papel de destaque nas interlocuções políticas e culturais da cidade, bem como as novas possibilidades que se abriam à sua atuação pública, até porque eram muito poucas as mulheres que se lançavam no mundo político-partidário. Na mensagem de aceite, ela propunha à mulher juizforana a formação de um bloco de resistência, assentado na partilha de ideais cristãos, frente às ameaçadoras transformações políticas vivenciadas pelo país. De acordo com Geralda Armond, “meu programa é aquele que sai do coração da Mulher cristã (...)”⁵, ou seja, um programa que apela a ideais religiosos, em especial católicos, e à mobilização política da condição feminina, algo que, como se sabe, só cresceria nos anos vindouros. Apesar da candidatura não ter tido êxito eleitoral, demonstra a posição de liderança assumida por ela no movimento de mulheres em Juiz de Fora, na medida em que fica clara que essa é a interlocução que ela se aplica em estabelecer.

Nesse sentido, o episódio é igualmente revelador da penetração da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), criada no Rio de Janeiro, em Juiz de Fora. Diversas ações foram encetadas pelo grupo de mulheres da cidade, vinculado à CAMDE, entre elas palestras anticomunistas em colégios, publicação de artigos em periódicos, jantares de adesão, abaixo-assinados, indicação de nomes de candidatas às eleições de 1962 e, por fim, grandes comícios. O grupo, embora mantido em anonimato, como precaução frente a uma derrota política, era composto por mulheres de prestígio social, como esposas de militares, prefeitos e empresários (ROSA, 2009, p. 17). O envolvimento de Armond com a CAMDE foi profundo e ocorreu por meio da publicação de textos e da realização de palestras, reforçando um ideário místico da mulher como guardiã dos

4 ARMOND, Geralda. Minha mensagem à mulher de Juiz de Fora no dia das mães. Diário Mercantil, Juiz de Fora, 13/14 maio 1962. No arquivo histórico do Museu, encontram-se santinhos de sua campanha.

5 Ibid.

valores da família, célula básica de uma sociedade “sadia”, dentro das tradições brasileiras e, mais ainda, mineiras. Assim, a CAMDE, em Juiz de Fora, reforçava a mística feminina ao associá-la aos símbolos da mineiridade, frutos de um passado de luta pela liberdade, em que as mulheres tiveram destaque. A escrita de Armond ressalta o heroísmo das mulheres e o seu protagonismo na luta contra os “perigos comunistas”, identificados como uma autêntica representação do “mal” contra o qual o “bem” se batia.

Dessa forma, com a instauração do regime civil e militar, Geralda logrou muitas homenagens e uma posição privilegiada de interlocução política na cidade. Não obstante sua projeção pessoal, as ações da CAMDE foram arrefecidas diante da chamada “revolução democrática”, e as mulheres do grupo deixaram seu protagonismo para assumir uma posição de bastidores, de apoio e vigilância dos ideais difundidos. Segundo o estudo de Rita Rosa (2009, p. 36), apesar de a CAMDE perder, paulatinamente, espaço na imprensa, Geralda Armond continuou em evidência, desempenhando papel de porta-voz do grupo, o que foi reforçado por suas ações de rememoração no Museu. Nesse ponto, especialmente, sua biografia e a história institucional do MMP convergem fortemente, alcançando momento de destaque.

A sua morte, duas décadas depois, foi outro momento importante para se compreender a percepção que setores da sociedade local construíram a seu respeito. Ocorrida em 10 de agosto de 1980, mereceu grande atenção da imprensa, ganhando um necrológio de Almir de Oliveira, reconhecido historiador da cidade. Em seu texto, Almir de Oliveira⁶, em tom bastante emocionado, ressaltou a sua longa amizade com Geralda, mas, sobretudo, a relação de amor estabelecida com a instituição, que sofria grande perda. O autor assinalava que “a Geralda Armond dos discursos cívicos, iluminados de sol, vibrantes de entusiasmo, muitas vezes carregados de certa ingenuidade e de pureza, não falará mais”. Em suas palavras, “morreu a grande amorosa da cidade, de sua gente, de suas tradições, de seu relicário – o Museu Mariano Procópio”. Segundo Oliveira, ela havia sido vítima exatamente deste amor ao Museu e de seu incomensurável sacrifício, em um momento no qual suas aspirações de melhorias pareciam se concretizar com a reforma empreendida por Mello Reis. Ressaltava então as dificuldades enfrentadas ao longo de sua gestão, bem como as críticas severas e injustas que vinha recebendo, além da pouca atenção dos prefeitos. De acordo com ele, Armond doou-se integralmente à instituição, valorizando “o mínimo, na esperança de novos mínimos”. Nesse momento tão especial, não é de se estranhar o destaque dado à sua luta pela defesa do Museu, atravessando sucessivas administrações municipais, pouco atentas às demandas orçamentárias de um empreendimento de tamanha envergadura, como era o MMP.

Em um longo período de gestão, com transformações no cenário cultural e político da cidade, do estado e do país, é previsível um deslocamento na construção da figura pública de Geralda Armond pela imprensa. O tom com que é tratada vai se alterando ao longo do tempo: se no início de sua gestão era considerada uma mestra no Museu, empenhada em divulgar seu acervo e história já, ao final, passa a ser apresentada, ainda que subliminarmente, como um empecilho para a instituição, quer pela desorganização e/ou fechamento de parte do acervo, quer pelos assaltos e roubos sofridos por falta de segurança. Frente a esses problemas, sua figura é a de uma mulher frágil, idosa e sem poder para enfrentá-los ou geri-los. Assim, ainda era possível valorizá-la como educa-

6 OLIVEIRA, Almir. Geralda Armond. Diário Mercantil, Juiz de Fora, 15 ago. 1980.

dora, papel facilmente atribuído a uma mulher com larga experiência, mas não mais como a gestora eficiente da mais importante instituição cultural da cidade, com potencial de trânsito nacional.

Mas as mudanças no tratamento à diretora podem se dever, também, a um processo de reposicionamento político do jornal, com o início da transição democrática no país. É nesse período, segundo Rosa (2009), que as chamadas “mulheres democratas” são esquecidas e mesmo silenciadas, sendo que muitas haviam se afastado da arena pública. Além disso, outros sentidos já eram atribuídos aos museus, havendo críticas contundentes a um mero papel de legitimador de elites, ainda mais quando relacionadas ao regime civil e militar, conforme o ocorrido no caso do Museu Mariano Procópio, sob a gestão de Geralda Armond.

Com sua morte, fica claro que um ciclo se fechava para a instituição, que, mesmo após três décadas, ainda conhece pouco sobre a mais longa administração de sua história. Isso somado ao fato, muito sintomático em termos de construção de memória, de, até hoje, nenhuma homenagem ter sido feita a Armond⁶⁸, nem seus projetos pendentes terem sido retomados ou rediscutidos. Ao contrário, o que se assiste é um silenciamento sobre sua figura, acompanhado de um desmanche gradual da estrutura construída por ela. O Museu Mariano Procópio, em nome da profissionalização de suas atividades e de uma nova fase de sua vida institucional, foi criando, como é fácil perceber, uma barreira de esquecimento em relação à sua principal gestora.

2 Ações educativas no “ninho das relíquias”

“[O Museu] onde os quadros fremem, as esculturas (...) palpitam, os livros falam, as cartas sangram, as armaduras cantam hinos de glória (...)”. Geralda Armond, 1955

A análise das ativações memoriais engendradas por D. Geralda exige, de saída, compreender as noções de passado e tradição que mobilizava em suas ações educativas, forjadas ao longo de sua trajetória. É interessante, em primeiro lugar, analisar a sua compreensão do uso das fontes nos museus. Elas falam por si e “cantam hinos de glória”. São utilizadas para o resgate do passado, como se essa operação fosse possível. Caberia ao historiador, portanto, apenas escutá-las. Igual concepção ela apresenta sobre o “palacete descorado e triste”, onde “o nosso Brasil de ontem está guardado, inteirinho, nos salões silenciosos do Museu Mariano Procópio”⁷. O passado inerte é convocado para suas ações pedagógicas como fonte de aprendizado cívico e legitimidade.

A ideia de tradição, fundamental em seu discurso, tinha profundas relações com o pensamento museológico de Gustavo Barroso, fundador do Museu Histórico Nacional, que também advogava em favor do museu como casa de cultura e tradição. Uma indicação de que as relações entre as instituições foram mantidas e aprofundadas durante toda a sua gestão, quer mais institucionalmente, quer na defesa de concepções de história e de museus. De acordo com o depoimento de Nair de Carvalho (2008)⁸, ex-coordenadora do Curso de Museus, Gustavo Barroso chegou a pronunciar uma conferência no MMP e, ao menos uma vez, os alunos visitaram a instituição no programa de excursões

7 O MUSEU e o Parque Mariano Procópio. Diário Mercantil, Juiz de Fora, 22 nov. 1939.

8 Depoimento de Nair de Moraes Carvalho, concedido à pesquisadora no dia 15 de outubro de 2008.

anuais, conforme relatório de 1944, o que evidencia a formação de uma rede de sociabilidade importante no campo museológico.

A gestão de Geralda Armond aponta ainda para a maior participação do Museu Mariano Procópio no cenário museológico brasileiro. De acordo com Henrique Cruz (2008), ela era membro do primeiro Comitê Nacional do ICOM, formado em 1948 por quinze membros. Destes, treze participantes eram diretores de museus, a maioria do Rio de Janeiro. A presença de Geralda parece ter sido mais simbólica, pois seu nome não consta nas atas pesquisadas por Cruz. Não obstante, Lygia Martins Costa (2002, p. 49), museóloga do IPHAN, assinalou em suas memórias que conviveu com a diretora nos “vários congressos nacionais de museus realizados pela organização nacional do ICOM”. De qualquer forma, o fato demonstra a inserção do Museu em um importante projeto para a consolidação da museologia no Brasil.

Outras iniciativas da direção permitem reforçar essa ideia de inserção do MMP e, portanto, de Geralda Armond, no campo intelectual. Em julho de 1973, por exemplo, Armond coordena o II Encontro de Museus Mineiros, com o apoio da Universidade Federal de Minas Gerais e do IPHAN. De acordo com o Diário Mercantil, os seminários foram dirigidos por assessores do IPHAN, abordando temas comuns aos museus mineiros, com ênfase na relação com a comunidade local e o potencial turístico de cada instituição. Os temas das palestras eram claros e imperativos: “Pôr a casa em ordem para receber o público”, “O que o Museu deve e pode realizar em benefício do público” e “Atividades culturais em benefício do público”. Essa é uma oportunidade rara para se acessar o pensamento de Geralda Armond, que então expõe suas concepções pedagógicas e museológicas, em fala de apresentação, situando também o Museu Mariano Procópio no cenário museológico:

Os Museus do Brasil contam a História Pátria, na sua linguagem expressiva, vestidos de Tradição e de Beleza coeterna (sic). Os de Minas Gerais, sobretudo, exaltam a nossa Independência, desde os remotos tempos da Inconfidência. (...) Em Juiz de Fora, se ergue o “Mariano Procópio”, sentinela das relíquias históricas do Brasil Colônia, do Brasil Império. Hoje suas portas se abrem num abraço de conagração a todos os seus coirmãos (...). Os Museus são verdadeiras Escolas de Cultura. Neles, todos os estilos se cruzam. São arautos da Verdade. (...) falam a linguagem do Passado e do Presente, numa dinâmica de História, de Tradição e de Arte⁹.

A citação evidencia como Armond situa o lugar específico dos museus mineiros no cenário nacional, evocando o mito das Minas Gerais como terra da liberdade. A Inconfidência é assim interpretada como a origem do sentido da independência, conseguida, afinal, pela família imperial, o que tornava o MMP exemplar como guardião dessa tradição de liberdade tão cara aos mineiros: o Museu era uma “sentinela” do passado da Colônia e Império.

Vale notar que, mesmo vivendo o período do regime civil e militar, a diretora exclui a República como período a ser destacado como alvo de atenção do Museu, apesar de defender a “revolução democrática” em vários de seus pronunciamentos e escritos, percebida como uma consagração dos ideais de liberdade e independência mineiros. Ou seja, no momento de um encontro de museus a

⁹ ARMOND, Geralda. II Encontro Mineiro de Museus. Diário Mercantil, Juiz de Fora, Caderno de Domingo, 01/02 jul. 1973.

representação do tempo presente no espaço museal era algo ainda muito difícil, sendo mais adequado estabelecer laços com um passado efetivamente distante e, também, conforme a trajetória “original” do Museu e de seu acervo.

Foi, portanto, principalmente a partir do modelo barroseano que Geralda Armond procurou encontrar subsídios para a construção de projeto educativo que dialogasse com as discussões museológicas mais modernas de seu tempo. Tendo enfrentado, em toda sua gestão, o desafio, anunciado por ela mesma, de conciliar o dinamismo pretendido com o respeito ao “sagrado” desejo do doador, ou, em outros termos, entre ação e reação, ela procurou ressignificar o Museu, realizando escolhas, conseguindo verbas e, certamente, aceitando algumas imposições.

Nesse paradigma, “ver” é um sentido fundamental, o que remete a uma noção de patrimônio substancialista, na qual a essência do objeto está encerrada nele mesmo (MENESES, 1994). Assim, a primazia do estético reforça uma concepção de História como *magistrae vitae*: é preciso visualizar os exemplos do passado nacional para atuar no presente. Os objetos funcionam como comprovações autênticas do discurso museal, precisando, por isso, serem devidamente etiquetados pelos conservadores da memória. O papel dos museus seria, por conseguinte, dinamizar essas lições do passado, o que foi consecutado por meio de diferenciadas estratégias, como a produção de materiais informativos, de visitas guiadas, de exposições e de eventos comemorativos.

Apesar de todas as dificuldades políticas e financeiras, a gestão de Geralda Armond seria marcada por uma intensa atividade cultural e educativa, além de um aumento da visitação ao Museu. É possível que essa maior visibilidade e reconhecimento público possibilitassem também um maior poder de pressão nas negociações políticas por concessões e verbas orçamentárias, embora seja difícil demonstrar uma conexão entre ambas. Ademais, Geralda, atenta aos mecanismos de difusão e legitimação do MMP, ressalta, nesses relatórios, a publicação de seus artigos na imprensa, considerando-os um meio de divulgação institucional importante. Porém, sem dúvida, seria sua aproximação com os ideais da “revolução de 1964” e, mais objetivamente, com o alto-comando da IV Região Militar, que lhe proporcionaria as condições de barganha para um maior fortalecimento da instituição que dirigia, razão pela qual os anos 1970 representam o ápice do prestígio tanto da diretora como do Museu. É neste momento que o projeto comemorativo no Museu ganha visibilidade.

Olhar para o passado, realizando o trabalho de representá-lo por meio de objetos que têm aura, como semióforos que ligam o visível ao invisível, atravessando tempos e despertando emoções, implica igualmente a produção e a escolha de heróis, capazes de encarnar seus valores (POMIAN, 1984). Dessa forma, se podem entender as ações que os museus exercem por meio de suas atividades educativas, de suas publicações, de suas exposições temporárias ou das alterações na exposição “principal” que, deste ponto de vista, não é “permanente”, ainda mais quando se consideram as múltiplas apropriações realizadas pelo público visitante e/ou leitor.

Os rituais são práticas culturais cujos sentidos são sempre polissêmicos pelas variadas formas de apropriação que sofrem, embora sejam organizados com determinadas intenções pelos que se encarregam de encená-los. No caso do MMP, os rituais de comemoração da cidade e da pátria foram um dos meios mais utilizados e efetivos para promover a sua inserção no cenário museológico e no circuito político municipal, regional e nacional. Mais do que isso, tais rituais se constituíram em momentos para reforçar o seu projeto pedagógico, calcado

em um sentido de história cívico-patriótica e direcionado a um futuro, definido como progresso/desenvolvimento, bem nos termos de uma história memória da nação, segundo paradigma construído no século XIX.

A celebração de um calendário cívico pelo Museu dialogava, ainda, com as práticas escolares que geravam demandas em relação ao espaço museal. As datas cívicas são e permanecem sendo uma referência importante para a construção e a celebração do passado comum de um “povo”, tendo forte tradição no circuito escolar, onde as crianças, sobretudo nos primeiros anos de vida, devem ser socializadas com a narrativa histórica que fale dos grandes fatos e heróis nacionais. Não por acaso, em alguns momentos, ensinar História foi compreendido justamente como comemorar as suas principais datas cívicas. De qualquer forma, o que se deseja assinalar é a importância de uma demanda social por datas cívicas, capazes de oferecer um sentido para eventos e para o “tempo” da história de país. Um conjunto de eventos e significados que vai sendo selecionado e naturalizado, inclusive e destacadamente, pela repetição ritual. Mais uma vez, importa assinalar que as datas cívicas resultam de um longo trabalho político de seleção, que não sendo arbitrário nem tendo sentido instrumental, envolve lembrança e esquecimento.

Ao estabelecer um verdadeiro culto à memória do colecionador e fundador Alfredo Ferreira Lage, a diretora criava uma diretriz para a política de crescimento do acervo e de fortalecimento da visibilidade do Museu, que deveria se reconhecer e ser reconhecido como a “casa da família Lage”. Nessa chave, que combinava, sem estabelecer fronteiras, o privado e o público, ela explorava quer os desdobramentos simbólicos que tal identidade guardava com um passado ligado à nobreza brasileira do século XIX, quer com um “empresariado” modernizador, amalgamando representações bem conforme à construção identitária da própria cidade de Juiz de Fora.

O MMP ampliou, ainda, suas negociações memoriais para angariar recursos e prestígio, o que culminou na adoção de uma estratégia de multiplicação de projetos – museu da cidade, museu de ciências, além de histórico e artístico. O Museu foi transformado em palco de consagração da história recente, através do uso do passado da Inconfidência e de Tiradentes, que conciliava o discurso dos heróis da liberdade e a imagem de Mourão. Nesse momento, o espaço de consagração da “Revolução” foi garantido por meio da doação e exibição de objetos de um de seus principais líderes. Logo, o MMP atuou como importante memorial da “revolução de 64”, o que lhe garantiu, sem dúvida, ampla divulgação e apoio, mas também gerou uma herança difícil de ser enfrentada após a redemocratização.

Os personagens e as efemérides poderiam sofrer algumas mudanças, conforme a política do presente, porém, como ocorre no caso de memórias nacionais consolidadas, certo repertório de nomes e datas passa a integrar o calendário do MMP por décadas, variando, é bom reforçar, os sentidos que o público lhe pudesse atribuir.

Cinco datas se destacaram no calendário cívico da instituição durante a longa gestão de Armond. A primeira era o dia 10 de janeiro, nascimento de Alfredo, posteriormente transformada em “Dia do Museu Mariano Procópio”. Ela foi comemorada, com poucos intervalos, de 1943 a 1981, segundo um ritual que tinha uma parte fixa, mas podia sofrer acréscimos que lhe aumentassem o valor simbólico da maior data da história da instituição. Assim, anualmente, celebrava-se uma missa e organizava-se a reunião do Conselho de Amigos, com a apresentação do relatório pela diretora, o que tinha o claro sentido de estabelecer um momento solene, no qual se fazia o diagnóstico e o prognóstico das

dificuldades e possibilidades da instituição. A parte móvel do ritual pode ser ilustrada pelo que ocorreu, em 1970, quando a data foi escolhida para a transladação dos restos mortais do casal Frederico e Alice Lage, irmão e cunhada de Alfredo.

Tiradentes, o maior herói cívico do regime republicano e da história das Minas Gerais era reverenciado, também anualmente, em 21 de abril, pelo menos a partir de 1947, já na gestão de Armond. Na ocasião, ocorriam palestras, publicações de diversos textos sobre a comemoração nos jornais, além de se realizarem teatralizações sobre o evento com escolares. Importa ressaltar que comemorar Tiradentes, além de todo o significado que o herói guarda para a História do Brasil e das Minas, no caso do MMP, envolvia consagrar a própria política de aquisição de acervo do Museu e a sua importância no campo museológico¹⁰.

Outro marco importante para o Museu era o dia 13 de maio, data da abolição da escravidão no Brasil. Banhada em simbolismo, que ainda uma vez comemora o valor e ideal de liberdade, havia uma missa matinal, conferências e eventos artísticos. Comemorada anualmente, talvez o maior evento, pelo que significou, tenha ocorrido justamente em 1922, quando da abertura do prédio Mariano Procópio ao público. No caso do dia 13 de maio, o Museu procurava dialogar com a memória da abolição dos escravos e da Princesa Isabel, para promover a instituição, cuja história era marcada por laços de amizade com a família Orleans e Bragança, selados por visitas de herdeiros de Isabel e do próprio Conde d'Eu à Villa. Além disso, em seu acervo havia peças que remetiam à figura da “princesa redentora” de grande sentido simbólico, como é o caso de uma estatueta de prata, doada pelo Jôquei Clube do Brasil.

No mesmo registro de efemérides, no dia 25 de agosto, o Museu se integrava às festas do Dia do Soldado, celebrado com homenagens ao Duque de Caxias, apresentações de banda militar do Exército, inaugurações de salas com doações provenientes do Exército e discursos patrióticos de Geralda Armond aos estudantes. Por fim, a partir do segundo aniversário da “revolução gloriosa de 1964”, nas palavras de Geralda Armond, o dia 31 de março entrou definitivamente para o calendário comemorativo do Museu Mariano Procópio, tornando-se o local de excelência para a celebração do fato na cidade.

Uma data flutuante era o dia 31 de maio, comemorativo do aniversário de Juiz de Fora. Como é compreensível, a participação do MMP nessa festa torna-se mais marcante na década de 1970, um fato decorrente da maior aproximação da instituição da política local, que se reflete em um melhor diálogo com os prefeitos.

Além dessas datas que integram um calendário cívico fixo, pois festejado anualmente, grande destaque era dado às comemorações de centenários pelo seu significado e pelo óbvio fato de assinalarem momentos raros e altamente propícios ao estabelecimento de laços de continuidade histórica entre passado, presente e futuro.

Lições móveis da História”, nas palavras de Fernando Catroga (2001) ou “lições vivas para o presente”, na acepção de Geralda Armond, as comemorações também estabelecem relações fulcrais com a construção de projetos de ensino de História, sinalizando para o cumprimento de gestuais e narrativas cívicas, que repetidas sistematicamente, embora não com o mesmo conteúdo, são internalizadas e naturalizadas. Por isso, importa refletir sobre as atualizações memoriais presentes nos rituais dos museus, pois permitem vislumbrar as dinâmicas tecidas entre história e memória.

10 O Museu Mariano Procópio possui a tela “Tiradentes Supliciado”, de Pedro Américo, um dos principais pintores nacionais do século XIX. A imagem é amplamente difundida em livros didáticos e exposições, inclusive internacionais.

3 Considerações finais

Muito pouco destaque tem sido dado à Geralda Armond, embora ela tenha desempenhado o papel de memorialista do MMP, além de atuar na imprensa, na organização de movimentos de apoio ao regime civil e militar e na promoção de atividades educativas. A gestão Armond foi marcada pela defesa da continuidade institucional e do enquadramento da memória do fundador e colecionador; pela luta pela sustentação material do Museu, inclusive com uma forte aproximação com o regime civil e militar; e pela busca da profissionalização de quadros e do dinamismo das ações. Assim, a análise das comemorações cívicas, dos guias de divulgação e das exposições permite uma aproximação das ativações memoriais ensejadas por Armond, com atenção para as continuidades, as negociações e as transformações dos projetos, especialmente em sua dimensão pedagógica.

A dinâmica entre lembrar e esquecer envolve a trajetória de Armond. Hoje, mesmo após três décadas de sua morte, ainda se conhece pouco sobre o pensamento e a ação dessa intelectual. O que se assiste é um silenciamento sobre sua figura, acompanhado de um desmanche gradual da estrutura construída por ela no MMP. Figura ligada aos tempos de autoritarismo, centralizadora e, certamente, polêmica, Geralda Armond não se tornaria um bom material para um trabalho de memória que tinha, como seu objeto, glorificar o próprio Museu. Mas quando a memória esquece, cabe aos historiadores lembrar e entender as razões desse esquecimento, até porque como a memória é obra do presente, o passado continua em aberto, podendo ser mobilizado com novos significados.

Referências

- ARMOND, Geralda. Cartão Postal. Diário Mercantil, Juiz de Fora, 05 mar. 1941.
 _____. Cartão Postal. Diário Mercantil, Juiz de Fora, 10 nov. 1941.
- ARMOND, Geralda. II Encontro Mineiro de Museus. Diário Mercantil, Juiz de Fora, Caderno de Domingo, 01/02 jul. 1973.
 _____. Minha mensagem à mulher de Juiz de Fora no dia das mães. Diário Mercantil, Juiz de Fora, 13/14 maio 1962
- ATOS administrativos. Diário Mercantil, Juiz de Fora, p. 2., 12 jan. 1940.
- BASTOS, Wilson de Lima. Álbum do município de Juiz de Fora. São Paulo: Habitat, 1955.
 _____. Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, descendência, genealogia. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1961.
- CATROGA, Fernando. Memória, história e historiografia. Coimbra: Quarteto, 2001.
- COSTA, Lygia Martins. De museologia, arte e patrimônio. Brasília: IPHAN, 2002.
- CRUZ, Henrique Vasconcelos. Do horizonte do passado ao horizonte do futuro. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007.
- MENESES, Ulpiano Bezerra. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico: anais do Museu Paulista. São Paulo: [s.n], 1994. (Nova Série, v. 2).
- O MUSEU e o Parque Mariano Procópio. Diário Mercantil, Juiz de Fora, 22 nov. 1939.

OLIVEIRA, Almir. Geralda Armond. Diário Mercantil, Juiz de Fora, 15 ago. 1980.

POMIAN, Krystopher. Coleção. In: ROMANO, Ruggiero. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984. v. I.

ROSA, Rita Vianna. As mulheres de Paraiburgo: representações de gênero em jornais de Juiz de Fora MG (1964-1975). 2009. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

Artigo recebido em janeiro de 2013. Aprovado em março de 2013